



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE MAIO DE 1995

Senhor Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo; Senhor Ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito; Senhor Chefe da Casa Civil, Ministro Clóvis Carvalho; Senhor Secretário-Geral, Doutor Eduardo Jorge; Senhores Senadores; Senadora; Deputados; Prefeitos; Senhoras e Senhores;

É com muita alegria que assino este decreto, hoje. Creio que o Governador usou uma palavra absolutamente adequada: “pioneirismo”. Minas, mais uma vez, está abrindo um caminho importante. Importante para o Brasil.

Tem sido uma preocupação constante de minha parte, da parte do Governo, a de, no setor de energia em geral, mas especificamente de energia elétrica, nos prepararmos para uma fase de expansão, para uma fase correspondente aos anseios do Brasil, que são anseios de crescimento, de melhoria de emprego, de estabilidade do nosso futuro e da nossa economia.

Nesse sentido, lembrou o Governador que, já quando Senador, eu havia apresentado um projeto de lei chamado “As Concessões dos Serviços Públicos” e tive a satisfação de sancionar essa lei. Levou quatro

anos, Governador, para que pudéssemos ter uma lei que começasse a reordenar as questões das concessões de serviços públicos.

Em seguida, nós mandamos uma medida provisória, regulamentando, nos aspectos principais, o setor elétrico, dentro desse quadro de concessões dos serviços públicos. Essa matéria está no Congresso Nacional. É uma medida provisória, e, naturalmente, o Congresso, com a sua sabedoria, está ajustando um ou outro ponto necessário para que o resultado seja melhor ainda. Enviei também um projeto de lei ao Congresso, criando a figura do produtor independente de energia elétrica, preparando progressivamente o caminho para que nós tenhamos, efetivamente, condições de expandir a nossa base produtiva.

E, por fim, mas não menos importante, mandei algumas propostas de emenda à Constituição, que estão sendo votadas – espero que votem uma hoje. Entre essas emendas, há aquelas que dizem respeito diretamente ao problema de energia e, notadamente, de energia elétrica.

Pois bem. Hoje, com esse decreto a respeito da Usina de Igarapava, nós damos um passo importante. São projetos que vão totalizar – se não me falha a memória, tenho aqui por escrito, mas não quero estar lendo um texto – 270 milhões de dólares, dos quais mais de 50%, 50% e alguma coisa, vão ser contribuição do setor privado. E à contribuição desse setor privado – a Companhia Mineira de Metais, a Eletrosilix, a Mineração de Morro Velho e a Companhia Siderúrgica Nacional – segue-se a do setor estatal, ou seja, da Vale do Rio Doce e da Cemig. E, mais importante ainda, a Cemig depois vai servir também de esteio desse sistema, porque vai permitir que a energia gerada seja transmitida pelo seu próprio sistema.

Então, é um modelo novo, é um consórcio do setor público e do setor privado para levar adiante uma obra de porte, e vai – isso é o que é mais importante – permitir que, em Minas Gerais, nós tenhamos um acréscimo considerável de energia.

Minas vai nisso aumentar muito, disse-me o Governador há pouco, e nós esperamos que, no fim dos nossos mandatos, Minas tenha um acrescentamento de 20% do total de energia elétrica, sobre uma base já muito larga, pois Minas é uma grande produtora de energia elétrica. E

algo que é muito interessante é que a inundação para a Usina de Capuava é mínima. É pouco mais do que o dobro da calha do rio, 36 Km2.

De modo que, por vários lados que se verifique esse projeto, é um projeto que inova. Para mim é uma grande satisfação não só por tê-lo assinado na presença de todos, a quem eu agradeço, aqui, mas sobretudo pelo fato de que é Minas que está à frente dessa renovação do Brasil. Minas tem um papel destacado – sempre teve – no setor energético, no Brasil, como teve no setor mineral em geral – continua tendo –, só que com uma diferença: é que agora tem uma base industrial, que está crescendo, e esse acrescentamento energético vai permitir ainda mais a expansão dessa base industrial.

É claro que é no Rio Grande, fronteira de São Paulo; mas, agora, essa região de Minas está dando quinau em São Paulo. Naturalmente, não vou deixar isso assim, de graça. Nós vamos ter que ver como é que reequilibramos esse processo todo. Mas não só Minas e São Paulo: o Brasil todo. Nós estamos numa fase, hoje, em que o Governo Federal olha o Brasil no seu conjunto e com muita confiança, com a certeza, mesmo, de que temos todas as condições para um grande salto no nosso país, na nossa economia.

Vou ao Nordeste, dentro de dois ou três dias, para ver de perto também problemas importantíssimos. São os problemas hídricos no Nordeste. Acho que nós estamos num momento do Brasil em que as realizações estão aí. Só que são realizações que vão se fazer nesse esquema novo, num esquema de consórcio, num esquema em que o setor privado, a sociedade, o setor governamental, as empresas do Estado, unidas, tratarão de desenvolver mais e mais o Brasil, para o benefício dos seus trabalhadores, do seu povo, da sua classe média, dos seus empresários.

Eu queria apenas, ao apertar a mão, como farei, do Governador, dizer que aperto a mão de cada um dos mineiros e de cada uma das mineiras presentes aqui ou espalhados nesse grande Brasil.

Muito obrigado.